

Projeto para ampliação das redes 4G e 5G em Brumadinho chega à segunda etapa

Sex 24 novembro

O [Governo de Minas](#), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DP-MG) autorizaram o início da segunda etapa do projeto para ampliação da rede de banda larga móvel 5G em Brumadinho.

A iniciativa faz parte do projeto “Brumadinho Digital” e prevê a contratação de empresa de telefonia para implementar a tecnologia em todo o território do município (exceto na área da represa de Conceição de Itaguá) e possibilitar o acesso à internet à população.

A empresa contratada será responsável por instalar novas estações de celular, chamadas de Estações Rádio Base (ERBs), para implantar o sistema de telefonia.

As atividades incluem a criação de planos técnicos para as estações; a instalação de locais para as antenas; a ativação das ERBs; a aceitação das ERBs e do sistema como um todo; e a gestão geral do projeto.

Compromissos

Além disso, a empresa de telefonia celular deve cumprir compromissos relacionados à oferta de internet de alta velocidade móvel, Internet das Coisas (IoT) e tecnologia 5G.

Isso significa garantir que a cobertura de sinal seja boa, de modo que as pessoas que contratarem os planos possam fazer download de informações rapidamente.

Também está prevista a contratação de empresa gerenciadora de campo para supervisionar e garantir que a companhia telefônica faça tudo corretamente ao instalar o novo sistema.

O projeto Brumadinho Digital é executado pela Vale com recursos do Acordo de Reparação ao rompimento, ocorrido no município, que tirou a vida de 272 pessoas e provocou uma série de danos sociais, econômicos e ambientais.

Esta segunda etapa do projeto tem valor estimado de R\$ 22,9 milhões e o prazo para conclusão é de 2 anos e nove meses.

Implantação

A implantação da solução em si está prevista para começar após um ano da ordem de início (novembro de 2024).

Inicialmente, ocorre a preparação estratégica para a implementação da iniciativa, o que envolve assinatura de documentos, contratação da operadora, contratação da gerenciadora de campo, mobilização.

Na primeira etapa, realizada entre 2022 e 2023, foi elaborado o estudo para orientar a escolha e a implementação da solução tecnológica.

O andamento dos projetos socioeconômicos é fiscalizado pela auditoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sob gestão dos compromitentes do Acordo – Governo e Instituições de Justiça e pode ser acessado no portal da fundação no link: <https://www18.fgv.br/projetorioparaopeba/>.